Gestão Ambiental de Unidades de Conservação: uma Análise do Parque Municipal de Mucugê - Bahia

Environmental Management of Conservation Units: Analysis on City Park of Mucugê - Bahia

Kezia Andrade dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana
keziapieniel@gmail.com

Israel de Oliveira Junior

Universidade Estadual de Feira de Santana
iojjunior@gmail.com

Philipe Damasceno Pedreira

Universidade Estadual de Feira de Santana
philipe_pedreira@hotmail.com

Nerivaldo Afonso dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana
nerivaldo.geo@gmail.com

Recebido (*Received*): 18/03/2017
DOI: 10.11606/rdg.v0ispe.132761

Aceito (*Accepted*): 01/06/2017

Resumo: O processo de relação sociedade-natureza diante da racionalidade econômica ocidental materializa a degradação ambiental em diferentes escalas geográficas. As problemáticas evidenciadas expressam a necessidade de se debruçar cientificamente sobre as políticas voltadas à sustentabilidade. As unidades de conservação configuram-se como caminho para efetivar a sustentabilidade, ao possibilitar discussões em torno de ideais preservacionistas e conservacionistas. Com isso, buscou-se, nessa pesquisa, abordar sobre a função espacial das unidades de conservação e gestão ambiental, na perspectiva de dialogar com os ideais de sustentabilidade. O contexto espacial de aplicabilidade de conhecimento correspondeu ao Parque Municipal de Mucugê, situado no município de Mucugê-BA, nas imediações do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Os resultados dos estudos foram obtidos a partir da revisão da literatura especializada sobre unidades de conservação e gestão ambiental, além da realização de atividades em campo, pela qual buscou-se entender os estados ambientais associados às políticas de implantação do parque municipal. Identificou-se que a fundação do Parque Municipal de Mucugê atendeu os trâmites legais de implantação das unidades de conservação e a gestão ambiental tem conduzido a configuração de políticas de sustentabilidade, denotadas nos prêmios nacionais obtidos e na recomposição de ambientes deteriorados pelas atividades garimpeiras e pela extração da *Comanthera mucugensis*.

Palavras-chave: Políticas Ambientais; Paisagem; Biodiversidade; Sustentabilidade.

Abstract: The process of relation between society and nature on rationality of Western economics materializes the environmental deterioration on different geographic scales. Those problems are observed in different ways and contents, expressing the need of scientific work on sustainable policies. The conservation units are designed as a way to make sustainability effective, by creating discussions on conservationist and preservationist ideals. As a result, this research aimed to approach the spatial functions of conservation units and environmental management, focused on a dialog with sustainability ideals. The spatial context of knowledge applicability corresponded to Parque Municipal de Mucugê (Mucugê City Park), located in the city of Mucugê, Bahia, near Chapada Diamantina National Park. The results of this study were obtained from a review of literature specialized on conservation units and environmental management, and also from fieldwork, in which it was intended to understand the environmental conditions, associated with the policies of implementation of The City Park. It has been verified that the City Park has fulfilled with all legal procedures of preserving unit's installation. Furthermore, the environmental management has promoted sustainability policies, that have won national awards and recovered areas deriorated by gold-digging and removal of *Comanthera mucugensis*.

Keywords: Environmental Policies; Landascape; Biodiversity; Sustainability.

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental é pauta de intensas discussões nos últimos anos, em decorrência do acelerado processo de apropriação humana do patrimônio ambiental, que acarreta modificações nas formas e processos constituintes da paisagem e na materialização de desequilíbrios ambientais em diferentes escalas espaciais. As ameaças às diversas espécies biológicas a partir do uso dos recursos naturais, com rebatimentos negativos nos ecossistemas variantes nas dimensões espaciais locais a globais, gerou inquietações políticas ambientais relacionadas à conservação e ao manejo dos ecossistemas. Isso levou a elaboração de propostas científicas e políticas pautadas na sustentabilidade, para a qual é necessário a criação de mecanismos de proteção ao meio ambiente (DIEGUES, 2008).

O estabelecimento de políticas de conservação da biodiversidade resulta dos ideais de sustentabilidade fundamentados na elaboração de estratégias de proteção dos recursos naturais, como a criação de unidades de conservação. Constituem em reflexos dos mecanismos legais para proteger e/ou regular o uso da terra, o manejo do patrimônio ambiental e o desenvolvimento econômico (CAMPOS *et al.*, 2011).

Entretanto, a configuração da sustentabilidade no jogo do desenvolvimento pautado na racionalidade econômica ocidental (LEFF, 2007; 2009) é complexa, pois funda-se em uma relação exploratória entre a sociedade e natureza e entre os indivíduos em sociedade. A materialidade da crise ambiental é alarmante, diante dos danos ao meio ambiente e à sociedade ocasionados pelas construções de usinas, estradas, ferrovias, pecuária e, também, a grande concentração de terra para o agronegócio, que quase sempre representam o principal responsável pela degradação ambiental ocorrente do domínio das caatingas, dos cerrados e da mata atlântica.

No Brasil, a adoção recente de políticas de conservação de recursos naturais, por meio do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), estabeleceu a criação e o gerenciamento de 12 categorias de unidades de conservação, dentre elas a de parque nacional, estadual ou municipal. A definição das unidades de conservação visa a geração de empregos, melhoria da qualidade de vida das populações, conservação de espécies biológicas, proteção de espécies ameaçadas de extinção, promoção do desenvolvimento sustentável; ainda, o de proporcionar incentivos para atividades de pesquisas científicas e para a educação ambiental (BRASIL, 2000).

As concepções das políticas de conservação ambiental nos trâmites governamentais brasileiros justificam em razão de um cenário de exploração ambiental, cujos modelos paradigmáticos tem suas bases firmadas da racionalidade econômica ocidental (DIEGUES, 2008; LEFF, 2007, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2001, 2006), com forte incidência da deterioração e degradação ambiental em diferentes escalas espaciais.

No contexto contemporâneo brasileiro das políticas ambientais, a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, por meio do Decreto Federal n. 91.655/1985, objetivou assegurar a proteção do ecossistema da Serra do Sincorá, a partir da preservação do patrimônio ambiental e uso controlado dos bens naturais pelo público, evidentes nos sítios e estruturas de interesses, geográficos, históricos e culturais (BRASIL, 1985) (**Figura 1**). O referido parque é reconhecido pelas exuberantes formas geomorfológicas, biodiversidade, riqueza hidrográfica e outros elementos constituidores das paisagens, de interesse popular e governamental nas práticas econômicas do ecoturismo.

Nas imediações do Parque Nacional da Chapada Diamantina encontra-se o Parque Municipal de Mucugê (**Figura 1**), ambos no estado da Bahia. O parque municipal é considerado uma unidade de conservação de proteção integral de uso indireto, distribuído por 540ha. Possui relevância histórica e cultural, pois nas terras dele encontrou-se as primeiras lavras de diamante da Chapada Diamantina, em 1844. A rica biodiversidade constitui em um banco de dados para pesquisas e é objeto de interesse econômico e social, pois é apropriado nas práticas ecoturísticas.

Figura 1: Localização do Parque Municipal de Mucugê-BA

Como forma de empreender em discussões em torno das unidades de conservação e gestão ambiental, os parques municipais constituem objeto deste estudo. A definição dele deveu-se à expansão do número de unidades e das preocupações em torno das questões ambientais em território nacional, com rebatimentos nos municípios. Assim, surgiram dois problemas de interesse científico na pesquisa. Quais são as implicações ambientais decorrentes da apropriação ambiental e quais são as (in)coerências entre o uso do patrimônio e a legislação ambiental que dispõe sobre os parques municipais no Brasil? Na busca de contribuir com respostas sob um enfoque geográfico, objetivou-se, a partir deste estudo, discutir a importância das unidades de conservação e da gestão ambiental para a configuração da sustentabilidade no contexto espacial do Parque Municipal de Mucugê -BA.

MATERIAIS E MÉTODOS

No processo de desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca de categorias e temas pertinentes à Geografia, unidade de conservação e gestão ambiental. Com isso, revisitou-se temas, como indicadores e gestão ambiental, unidades de conservação (DIEGUES, 2008; FRANCO, 2002; DRUMMOND *et al.*, 2011; LEFF, 2007, 2009; MEDEIROS, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006; URBAN, 2011), entre outros.

Elaborou-se uma banco de dados em sistema de informações geográficas (SIG) a partir da aquisição de informações ambientais, com enfoque no meio físico, biológico, social e econômico, disponibilizadas em fontes secundárias, como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI), a fim de compreender a dinâmica socioeconômica mucugense.

Realizou-se um estudo de campo para subsidiar os procedimentos de identificação de áreas deterioradas e de relacionar a realidade de campo e as normas estabelecidas na legislação ambiental sobre a unidade de conservação. No trabalho de campo, preencheu-se planilhas com informações ambientais e com o par de coordenadas geográficas dos pontos levantados, para integração dos dados ao SIG da pesquisa. Os

dados se referiram ao uso e ocupação, vegetação, solo, hidrografia, relevo e outros elementos que constituem a paisagem do Parque Municipal de Mucugê.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação da primeira unidade de conservação no mundo foi o Parque Nacional de Yellowstone, Estados Unidos, em 1º de março de 1872. Este ano constituiu-se como o marco da gestão ambiental por meio da definição de áreas protegidas, pois foi um fator para a definição de unidades conservacionistas em diferentes países. Com isso, o Parque de Yellowstone tornou-se o primeiro exemplo de preservação de espaços naturais de interesse público mundialmente (DIEGUES, 2008). Em virtude do crescimento de estudos relacionados à gestão ambiental e à defesa do patrimônio natural criou-se, em 1913, a Comissão Internacional de Proteção à Natureza em âmbito internacional, o que originou, no ano de 1923, o I Congresso Internacional para Proteção à Natureza.

Em 1948, instalou-se definitivamente a União Internacional de Proteção à Natureza, com a presença da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e de mais 33 países, incluindo o Brasil. Posteriormente, a instituição transformou-se em União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), com sede na Suíça. Em terras brasileiras, as iniciativas para influenciar o governo nas políticas de preservação da natureza remontam a década de 1930, demarcadas em ações como a Sociedade dos Amigos das Árvores (URBAN, 2011). Mas, a participação do país na UICN não possibilitou um reatamento positivo nas políticas estatais de incentivo à preservação (URBAN, 2011).

No jogo das políticas ambientais, atribui-se ao engenheiro civil, botânico, geólogo e abolicionista André Rebouças (1833-1898) o pioneirismo no trato das pesquisas sobre as questões norteadoras preservacionistas e de gestão ambiental em uma perspectiva de unidade de conservação no Brasil (URBAN, 2011). Em um artigo intitulado Parques Nacionais, publicado em 1876, André Rebouças sugeriu a criação de parques no território nacional (MEDEIROS, 2006). A criação, em 14 de junho de 1937, do Parque Nacional de Itatiaia na divisa dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, simboliza as políticas brasileiras iniciais de delimitação de unidades de conservação.

Em 1981, no cenário das políticas ambientais é definida a Política Nacional de Meio ambiente, pela qual estabeleceu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Atribuiu-se ao CONAMA o assessoramento nos estudos e propostas políticas governamentais para o meio ambiente e o estabelecimento de normas qualitativas ambientais (BRASIL, 1981). A criação, em 1992, do Ministério de Meio Ambiente (MMA) suscitou passos alargados para o trato das questões ambientais nacionais, como a elaboração e aplicação de políticas de preservação e conservação da biodiversidade.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi definido, por lei, em julho de 2000, com a função de estabelecer os mecanismos para assegurar a criação, implantação e gestão de unidades de conservação em território nacional (BRASIL, 2000). Após a implementação dos órgãos e das políticas ambientais, instituíram-se por parte do poder público federal, estadual ou municipal, algumas unidades de conservação no país, a exemplo do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso (1989). Para isso, foram necessários a realização de estudos técnicos e consultas públicas, que visaram a identificação do local, dimensão e os limites adequados para a unidade (BRASIL, 2000), o que ainda é preciso nos dias atuais para o estabelecimento de novas unidades de conservação.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é destacável mundialmente, abrange uma área de aproximadamente 152,1 mil hectares, constituída essencialmente por rochas sedimentares e metassedimentares (PEREIRA E BRILHA, 2010). Possui atrativos turísticos naturais, diversidade em fauna e flora e com inúmeros recursos minerais, em especial o diamante, extremamente explorado nos séculos XIX e XX, e que, por muitos anos, constituiu a base econômica regional.

A criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina esteve intimamente relacionada aos tempos de exploração exacerbada de diamante e outros recursos ambientais pelo garimpo. Para tanto, houve uma crescente preocupação com a degradação ambiental decorrentes das práticas mineradoras e vários grupos ambientalistas começaram a mobilizar-se em prol da preservação, apoiados pela política do governo federal, cujos objetivos tramitavam em torno da proteção de ecossistemas notáveis com a institucionalização das unidades de conservação (GANEM E VIANA, 2006).

Atualmente, o parque engloba terras dos municípios baianos de Andaraí, Ibicoara, Itaitê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. A sede encontra-se no município de Palmeiras e a maior área da unidade de conservação no município de Mucugê, equivalente a 54% da área total (**Tabela 1**). Com o declínio do ciclo do diamante e do comércio do carbonato no Parque Nacional da Chapada Diamantina, surgiram novas fontes de economia para os municípios onde ele encontra-se inserido. Em Mucugê destacou-se a exploração da espécie vegetal *Comanthera mucugensis*, conhecida popularmente como sempre-viva (**Figura 2**).

Tabela 1 - Municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Municípios	Percentual municipal inserido no PARNA	Percentual do PARNA inserido no município
Andaraí	18,59%	23%
Ibicoará	2,69%	1,84%
Itaitê	0,18%	0,14%
Lençóis	18,42%	14,58%
Mucugê	32,38%	54,47%

Figura 2: Ramos de *Comanthera mucugensis* (sempre-viva) extraídos no município de Mucugê-BA.

A sempre-viva exportada do município mucugense possuía um alto valor comercial na Europa, Japão e Estados Unidos, o qual chegava em torno de 300 dólares (**Figura 2**). Em razão da extração ilimitada e aleatória, a referida espécie entrou em risco de extinção (BRITO, 2005). Com isso, os impactos da exploração associados às das práticas garimpeiras, despertou um interesse populacional de preservação dos recursos naturais no município. Em 1995, a prefeitura municipal, juntamente com a Universidade Católica do Salvador (UCSAL), elaborou o Projeto Sempre-Viva (**Figura 3 e 4**), apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente. O projeto resultou de um longo amadurecimento populacional sobre a preservação dos recursos naturais (STRADMAN, 1998).

Figura 3: Projeto Sempre-Viva, Parque Municipal de Mucugê.

Figura 4: Centro de Visitação, Parque Municipal de Mucugê.

A implantação do Projeto ocorreu em duas fases distintas: i) elaboração e organização da comissão de meio ambiente da cidade, seguida pela própria elaboração do projeto em parceria com os demais órgãos responsáveis; ii) inauguração do parque com a participação comunitária (STRADMANN, 1998). Posteriormente, houve a definição dos objetivos gerais, das metas e das estratégias específicas para Projeto Sempre-Viva (**Quadro 1**). O projeto contou com apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente, do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Mucugê, sendo o único do estado a ter sua continuidade garantida (BATISTA, 2007).

Quadro 1: Metas e estratégias específicas estabelecidas pelo Projeto Sempre-Viva – Mucugê-BA.

Dimensões do projeto	Descrição
Metas e estratégias específicas	<ul style="list-style-type: none"> – Identificação e delimitação de áreas potenciais de ocorrência de espécies nativas de valor comercial, especificamente os campos de altitude onde se encontram as sempre-vivas; – Desenvolvimento de tecnologias de cultivo e reprodução de sempre-vivas para promover sua comercialização sustentável e repovoar os campos onde a planta foi dizimada; – Implantação de uma Unidade de Cultivo Experimental com a criação de campos experimentais da produção sempre-viva em seu <i>habitat</i>; – Criação e implementação de uma unidade de conservação para proteger os campos de sempre-viva e outros recursos naturais e históricos do município; – Implantação de um banco de dados e de um sistema de informações geográficas (SIG) para o controle da produção e monitoramento das áreas de ocorrência dessa espécie; – Promoção de programas de educação ambiental para reverter o quadro atual gerado por práticas extrativistas inadequadas e para conscientizar a população sobre a importância da preservação e prepara-la para o exercício de atividades sustentáveis.
Fontes de renda prevista pelo projeto	<ul style="list-style-type: none"> – A venda de sempre-vivas que seriam produzidas pelo projeto nas novas áreas a serem identificadas; – A receita obtida com os ingressos para visitação a unidade de conservação; – A venda de serviços prestados pelo Projeto.

Fonte: BATISTA, 2007

No processo de implantação (**Quadro 2**) a única meta totalmente cumprida referiu à identificação de áreas de ocorrência da sempre-viva. A equipe de aplicação era composta, sobretudo, por ex-coletores da *Comanthera mucugensis*, pois todos foram capacitados no contexto da responsabilidade ambiental. No total, foram mapeadas 143 áreas de ocorrência da sempre-viva, identificadas espacialmente por meio da obtenção das coordenadas geográficas e qualificadas em função do estado de conservação dos campos (BATISTA, 2007).

A instituição do Parque Municipal de Mucugê decorreu-se pelo decreto municipal n. 235, de 15 de março de 1999 e concretizou a implantação do Projeto Sempre-Viva. A equipe do projeto era responsável pela administração da unidade de conservação (**Quadro 3**) (STRADMANN, 1998). Os recursos específicos do Ministério do Meio Ambiente não se renovaram e o projeto passou a ser mantido por recursos da prefeitura municipal, seguindo todas as diretrizes estabelecidas na primeira fase de implantação. O parque está vinculado à Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal, com autonomia gerencial e administrativa, e as decisões são tomadas com a própria equipe atuante no parque juntamente com secretaria referida e prefeitura municipal (BATISTA, 2007).

O Parque Municipal de Mucugê possui três entradas; a principal, pela qual encontra-se o acesso à sede, é totalmente controlada pelos funcionários do parque, que recepcionam os visitantes e cobram uma taxa de entrada; a média de visitantes é 1.500 por mês, com uma forte variação sazonal, sendo mais intenso nos meses de junho, julho, dezembro, janeiro e fevereiro. Todo o valor arrecadado é para a própria manutenção da unidade de conservação. O acesso pela segunda entrada é restrito aos funcionários, pesquisadores e/ou pessoas autorizadas; a terceira entrada, mais próxima à cidade, é utilizada para acesso direto à Casa do Diamante do Museu Vivo do Garimpo.

Quadro 2: Atividades propostas na 1ª fase do Projeto Sempre-Viva – Mucugê-BA.

Atividades	Desenvolvimento
Reprodução e Cultivo de Sempre Viva	A UCSAL era responsável no que se refere ao trabalho Botânico, mas por razões diversas não pode continuar. A UEFS assumiu a atividade. O objetivo principal desta meta era conseguir a germinação e micropropagação, enraizamento e aclimatização. A equipe do Horto Florestal da UEFS deu continuidade aos experimentos práticos que objetivavam o cultivo da sempre-viva no campo.
Unidade de Cultivo Experimental	Verificou-se que os trabalhos de pesquisa sobre a sempre-viva ainda estavam em fase experimental; a equipe gestora decidiu adiar esta atividade para a etapa de consolidação, quando a tecnologia de cultivo já estivesse totalmente dominada.
Sistema de Informação Geográfica	Desde o início do projeto essa atividade, teve a finalidade de fornecer instrumentos para o acompanhamento e monitoramento dos trabalhos desenvolvidos, a partir da criação de um banco de dados que permitisse o armazenamento e sistematização da base de dados produzida.
Programa de Educação Ambiental	O projeto de Educação Ambiental do Projeto Sempre-Viva, marcou seu início com uma atividade intensa a rede escolar, assim como o corpo técnico que atuaria junto a administração da unidade de manejo. O programa estendeu-se a todos os segmentos comunitários, com o objetivo de reverter o quadro de desconfiança que grande parte da população tinha em relação às propostas do projeto, devido a criação do PNDC. Foi através da educação ambiental que a população desenvolveu confiança no projeto. Em decorrência do alto nível de educação ambiental alcançado, até aquele momento, o município foi escolhido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR), em 1998, para implantar o projeto piloto da primeira usina de compostagem e reciclagem de lixo na Chapada Diamantina.
Unidade de Manejo Sustentável	A criação de uma unidade de manejo foi uma das principais atividades estabelecida pelo projeto. Ela seria responsável pela efetivação das ações em prol do desenvolvimento sustentável do município. A equipe técnica identificou uma área de 270 ha, próximo a cidade, com grande concentração de belezas naturais e históricas, que passou a constituir em 01/12/1995, através do decreto municipal nº 113, a Unidade de Manejo Sustentável de Mucugê, posteriormente se tornaria o Parque Municipal de Mucugê.

Fonte: BATISTA, 2007.

Quadro 3: Instalações e utilização do Parque Municipal de Mucugê.

Instalações do Parque Municipal de Mucugê	Utilização
Centro de Informações, escritório e laboratório.	Utilizados pela equipe interna do parque, pesquisadores e pessoas autorizadas. No laboratório encontra-se todas as pesquisas referente ao Projeto Sempre-Viva e ao Parque Municipal de Mucugê.
Centro de Visitantes.	Espaço voltado para a recepção dos visitantes, onde acontecem as palestras e mostras de painéis informativos sobre Mucugê.
Alojamentos	Uso restrito por pesquisadores e pessoas autorizadas pela coordenação, contendo dois alojamentos totalmente equipados.
Casa do Administrador	Atual Casa do Diamante, afastada do centro de visitação, permitindo um maior controle da área pela equipe do Projeto.
Museu Vivo do Garimpo	Centro de Visitação, integrado ao do Parque; Casa do Diamante; Rancho do Garimpeiro; todas estas áreas são voltadas para informações aos visitantes sobre o período da exploração diamantífera na Chapada Diamantina e em Mucugê.

Fonte: Parque Municipal de Mucugê, 2016

O Parque possui inúmeras trilhas de circulação turística e algumas datam do período diamantífero, abertas por garimpeiros que se deslocavam entre a cidade, os centros de garimpagem e os seus abrigos. Outras foram abertas nas últimas décadas pelos coletores de sempre-vivas (STRADMANN, 1998). Ele encontra-se instalado em áreas de confluência dos rios Mucugê, Cumbuca e Piabinha, local das primeiras descobertas de diamantes na Chapada Diamantina.

O Museu Vivo do Garimpo instalou-se com a intenção de resgatar parte da história do ciclo diamantífero em Mucugê. No local, há um resgate da geografia e história mucugense, por meio da representação do processo de garimpagem e do modo de vivência de um garimpeiro, para destacar a relevância da mineração no processo de ocupação e expansão territorial regional. O financiamento do museu decorreu do governo do estado da Bahia, proveniente da Secretária da Indústria, Comércio e Mineração. Os investimentos realizaram-se por meio da instalação da infraestrutura planejada, inaugurado em dezembro de 2006.

Criado há 16 anos, o Parque Municipal de Mucugê se destaca no âmbito estadual e nacional, com diversos prêmios ligados ao meio ambiente e sustentabilidade (**Quadro 4**). Ainda, a importância do parque encontra-se no desenvolvimento das atividades turísticas, pois tornou-se um dos principais atrativos turísticos da Chapada Diamantina, e na ação pioneira de projetos de preservação e conservação dos recursos naturais.

Quadro 4: Premiações do Parque Municipal de Mucugê – Projeto Sempre-Viva.

Ano	Premiações
2001	Prêmio Gazeta Mercantil de Inovação Ambiental: OSSAIN- Deus das folhas e das plantas.
2002	Troféu Prêmio FERPA de Meio Ambiente - categoria município sustentável, 1º lugar ao município de Mucugê pelo desenvolvimento do Projeto Sempre-Viva.
2005	Prêmio Super Ecologia 2005 pela revista SuperInteressante- categoria Flora- Governo.
2005/2006	Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise e compreensão do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) e da gestão ambiental frente a análise de dados primários e secundários do Parque Municipal de Mucugê, constatou-se a conformidade entre o plano de elaboração, de manejo e a SNUC. Algumas metas foram cumpridas, como o programa de educação ambiental, a zona histórico-cultural, com a criação do Museu Casa do Garimpo, a unidade de cultivo experimental de *Comanthera mucugensis* (sempre-viva). No entanto, é preciso uma atualização do plano de manejo, para que novas metas possam ser definidas acordadas com as necessidades ambientais atuais. Sabe-se que o planejar é essencial para a execução de práticas conservacionistas associadas às dimensões geográficas, históricas, culturais etc., numa perspectiva da sustentabilidade.

Nota-se, com isso, o avanço na questão da preservação dos recursos naturais e desenvolvimento local possibilitadas no âmbito das atividades do Parque Municipal de Mucugê, pois é um dos atrativos turísticos mais frequentados na Chapada e um propulsor dos ideais de sustentabilidade e educação ambiental. Assim, o despertar da população local e dos visitantes frente aos ideais de sustentabilidade promovem a materialização de práticas preservacionistas e conservacionistas do patrimônio ambiental, tão destacado em âmbito nacional por meio das premiações.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, M. A. N. **Estudo de caso: Projeto Sempre Viva Mucugê – BA**. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. 61 p.
- BRASIL. **Decreto n. 91.655, de 17 de setembro de 1985. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91655.htm >. Acesso em: 23 jan. 2016.
- _____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm >. Acesso em: 23 jan. 2016.
- _____. **Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm >. Acesso em: 23 jan. 2016.
- BRITO, F. E. M. **Os Ecos Contraditórios do Turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005. 398 p.
- CAMPOS, R. F.; FÉLIX, L. A. G.; VASCONCELOS, F. C. W. Política ambiental brasileira: histórico legal da criação de áreas protegidas. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, n. 47, p. 1-16. 2011.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 198 p.
- DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, p.341-385, 2010.
- FRANCO, J. L. A. A primeira conferência brasileira de proteção à natureza e a questão da identidade nacional. **Varia História**, Pampulha, v. 18, n. 26, p. 77-96, jan. 2002.
- GANEM, R. S.; VIANA, M. B. **História Ambiental do Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. 34 p.
- LEFF, H. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 240 p.
- _____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009. 440 p.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 41-65. 2006.
- PEREIRA, R. G. F. A.; BRILHA, J. Proposta de quantificação do patrimônio geológico da Chapada Diamantina (Bahia, Brasil). **Revista Electrónica de Ciências da Terra**, Minho, v. 18, n. 8, p. 1-4. 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 135-161.
- _____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.
- STRADMANN, M. T. S. **Plano de manejo do Parque Municipal de Mucugê**. Mucugê, BA: Projeto Sempre Viva, 1998. 450 p.
- URBAN, T. **Saudade do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: UFPR, 2011. 372 p.